

INSITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - PROEX

MANUAL DE IMPLANTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS JUNIORES

Salvador
2015

REITOR

RENATO DA ANUNCIÇÃO FILHO

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

JOSÉ ROBERTO SILVA DE OLIVEIRA

DIRETORES DOS CAMPI

BARREIRAS

DICÍOLA FIGUEIREDO DE ANDRADE BAQUEIRO

BRUMADO

ACIMARNEY CORREIA SILVA FREITAS

CAMAÇARI

AFFONSO JOSÉ DE SOUSA ALVES FILHO

EUNÁPOLIS

FABIOLO MORAES AMARAL

FEIRA DE SANTANA

RAIGENIS DA PAZ FIUZA

ILHÉUS

THIAGO NASCIMENTO BARBOSA

IRECÊ

ROBÉRIO BATISTA DA ROCHA

JACOBINA

EPAMINONDAS SILVA MACEDO

JEQUIÉ

ANTÔNIO MOAB SOUZA SILVA

JUAZEIRO

EMMANUEL VITOR HUGO MORAES

LAURO DE FREITAS

AURINA OLIVEIRA SANTANA

PAULO AFONSO

ARLENO JOSÉ DE JESUS

PORTO SEGURO

RICARDO ALMEIDA CUNHA

SALVADOR

ALBERTINO FERREIRA NASCIMENTO JUNIOR

SANTO AMARO

MARCOS ANTÔNIO RAMOS ANDRADE

SANTO ANTÔNIO DE JESUS

EDNA DA SILVA MATOS

SEABRA

ROBSON LUIZ DA SILVA MENEZES

SIMÕES FILHO

RUI CARLOS DE SOUZA MOTA

VALENÇA

ALBA ROGÉRIA DOS SANTOS SILVA

VITÓRIA DA CONQUISTA

JAIME DOS SANTOS FILHO

APRESENTAÇÃO

(Pró-reitor de Extensão)

Caracterização de Empresa Júnior

Como surgiu a ideia

Surge a primeira Empresa Júnior na *ESSEC (L'école Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales de Paris)* no ano de 1967, em Paris – França. Alunos dessa Instituição de Ensino, tendo consciência da necessidade de complementarem os seus conhecimentos, através da aplicação prática dos mesmos criaram a *Junior-Entreprise*, uma associação que proporcionasse uma realidade empresarial, antes da conclusão dos cursos que estavam realizando.

No Brasil, o conceito de Empresa Júnior chegou em 1987, através do Sr. João Carlos Chaves, diretor da Câmara de Comércio e Indústria Franco-Brasileira. A primeira empresa criada foi a Júnior GV da escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas em 1989. Em 1993, foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Empresas Juniores (ENEJ), na cidade de São Paulo. A partir de então, diversas Federações foram criadas.

Atualmente, existem EJ's espalhadas por todo o Mundo, o Brasil é o país que possui maior número, estas se encontram organizadas em Federações Estaduais, em mais de 17 estados, que constituem a Confederação Brasileira de EJ's, Brasil Júnior, fundada em 2003.

Definição

1) **Formalmente**, EJ é uma associação civil¹, ou seja, com objetivo bem definido. Estruturalmente, é um grupo formado e gerido única e exclusivamente por alunos da graduação. Esta associação, para que seja configurada numa EJ, tem que ser declaradamente sem fins econômicos. A receita oriunda dos projetos deve ser reinvestida na própria EJ e não pode ser distribuída entre seus membros, toda

¹ Entidade constituída pela união de pessoas civis como intuito de alcançarem um objetivo comum, excluindo a geração de lucro. As associações adquirem personalidade jurídica após a efetuação do registro de seus estatutos em cartório.

movimentação financeira deve ser justificada. Geralmente, esta justificativa é feita sob a ótica do reembolso das atividades realizadas.

2) **Informalmente**, podemos definir a EJ como um grande laboratório prático do conhecimento técnico e em gestão empresarial. Diferentemente da maioria dos estágios convencionais, nela o aluno tem um alto grau de liberdade de pensar em todos os processos da EJ. É um local onde soluções mais criativas são implementadas com certa facilidade, não encontrando burocracias.

Importante lembrar também, que para as ações fluam normalmente, é imprescindível a presença de alguém (professor ou algum profissional de mercado que atenda às exigências técnicas do momento) na elaboração e acompanhamento dos projetos e sobretudo na produção intelectual.

Uma EJ ainda congrega preços acessíveis à excelência dos serviços prestados, por ter custos e despesas bem reduzidas e orientação de profissionais capacitados, professores e servidores do IFBA.

Uma Empresa Júnior pode ter caráter multidisciplinar. Isto acontece quando é constituída por alunos de dois ou mais cursos, trabalhando de forma conjunta na efetivação dos projetos. Nesta empresa são formadas equipes com o objetivo de promover a integração e a ampliação do conhecimento geral, o que sustentará a expansão da mesma.

Objetivos e missão de uma EJ

Objetivo principal

Contribuir para a formação e o crescimento profissional e humano dos seus membros, através da prestação de serviços dentro de suas respectivas áreas de atuação, promovendo uma maior integração entre a sociedade e as instituições de ensino, colaborando para o desenvolvimento de ambas.

Objetivos secundários

- Proporcionar aos seus membros condições reais para a prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula;
- Promover e desenvolver a interação entre as instituições de ensino e a sociedade civil, tornando o conhecimento um bem mais acessível;
- Valorizar os alunos, os professores e a instituição de ensino no âmbito da sociedade como um todo;
- Prestar serviços de qualidade à sociedade, com acompanhamento e orientação de profissionais capacitados, contribuindo assim para o desenvolvimento da mesma;
- Estimular o profissionalismo dos alunos, incentivando o espírito empreendedor, crítico, analítico e a consciência de sua responsabilidade para com a sociedade, tornando-os profissionais mais competentes e preparados para a realidade do mercado.

Valores

- Transparência;
- Pró-atividade;
- Ética;
- Foco em resultado;
- Cooperação;
- Comprometimento.

Argumentos para a implantação de uma EJ

Check-list

- Uma EJ propicia o desenvolvimento técnico e interpessoal dos alunos, tais como capacidade de gerenciamento, oratória, liderança, empreendedorismo, proatividade entre outros.
- Possibilidade de colocar o conteúdo teórico em prática.

- Pode ser um dos elos de ligação entre a extensão universitária e sociedade. Este fato complementa a missão da Universidade, que é de desenvolver benefícios para o ambiente na qual ela está inserida.
- Daria publicidade ao IFBA.
- Prática da responsabilidade social corporativa, através do voluntariado.
- Melhora o ranking do IFBA junto ao MEC.

Formação de equipes

Ninguém faz nada sozinho

Se houver dificuldade em se conseguir pessoas interessadas, existem algumas alternativas eficientes de recrutamento instantâneo. A primeira delas é a velha e uma das mais eficientes ferramentas de propaganda: o boca a boca. Aproveite momentos como intervalos de aula e conversas de corredor para trocar ideias informalmente.

Depois para dar início à constituição de uma Empresa Júnior é necessário que ocorra uma reunião de todas as partes interessadas, com a finalidade de definir os objetivos da futura organização e todo o planejamento de constituição e funcionamento da mesma.

Sendo uma associação civil sem fins lucrativos, a Empresa Júnior deverá constituir-se através de um Estatuto e registrá-lo no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.

Relacionamento com a Instituição de Ensino

A presença da instituição de ensino na constituição de uma Empresa Junior é extremamente importante. A Empresa funciona normalmente nas dependências da Instituição, usufruindo a infraestrutura cedida pela última.

Além disso, é fundamental o contato com reitores, diretores, chefes de departamento, coordenadores de curso e professores com o objetivo de obter o apoio educacional, profissional e financeiro necessários ao bom funcionamento da empresa.

Algumas dificuldades para a implantação de uma EJ

Toda quebra de inércia tende a ser difícil. O mesmo aplica-se a abertura de uma EJ. Processos, contratempos e imprevistos. Se isso acontece na iniciativa privada, porque não haveria de acontecer nas entidades sem fins lucrativos como as EJ's.

Sessão de espaço físico

A primeira batalha a ser vencida para a implantação de uma EJ no IFBA, como em geral não se costuma a ter salas ociosas, muitas vezes não há como instalar a EJ, portanto para se acelerar o processo, busque sensibilizar a Direção do Campi , explicando os objetivos da EJ. Apesar de ser muito importante para o desenvolvimento da empresa, muitas EJ começam seus trabalhos antes mesmo de conseguirem um espaço para se estabelecer. Dica: busque sondar espaços subutilizados, assim como toda infraestrutura necessária para o funcionamento, em alguns casos o mobiliário foi fruto de muito trabalho dos alunos (promovendo rifas, sorteios, convênios com gráficas e fundações, organizando eventos com renda revertida para esta finalidade).

Professor orientador

Após avaliar as condições que o curso reúne, deve-se encontrar um professor orientador, isto sem dúvida, trará maior credibilidade à ideia de fundação da EJ, abrindo caminho mais facilmente transponíveis. Pode parecer fácil, mas encontrar um professor disposto a aprender (caso ainda não tenha experiência) a trabalhar com alunos em uma EJ, não é tarefa fácil, muitos não se dispõem a sair de uma zona de conforto e assumir um novo desafio.

Orientação política

Não é raro encontrar, principalmente em instituições públicas, resistência na fundação de uma EJ, mesmo que no discurso a instituição apoie sua implantação. Em virtude de divergências ideológicas, algumas Universidades se opõem veementemente ao que eles chamam de entrada de capital no ensino público ou de "privatização do serviço

público com consultoria". Este fato justifica o baixo número de empresas nas Universidades públicas no Brasil.

Elaboração do Estatuto (Anexo I)

Estando os objetivos e o planejamento da organização definidos, dá-se início à elaboração do Estatuto. Estatuto é o documento legal que contém todas as normas que regem o funcionamento da associação. Nele estão definidos a razão social, os objetivos, a previsão de duração, os deveres e direitos dos membros, a estrutura organizacional, a sede, as regras em caso de extinção e a destinação do seu patrimônio. É necessário, também, estar definido se o Estatuto é passível de alteração e em que condições, e se os membros respondem ou não subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela associação.

A fundação da entidade é consolidada através de uma assembleia, para a qual são convocadas todas as partes interessadas. A assembleia é presidida por uma das pessoas que compilou o Estatuto e secretariada por outra, a ser escolhida no momento. Nesta, após a apresentação e aprovação do estatuto, é realizada a eleição e a posse da diretoria. Faz-se, então, a Ata de Fundação no livro de Atas.

Nome Comercial e Registro Civil

A pesquisa inicial de um nome para a EJ é muito importante, pois, caso contrário, esse detalhe pode representar um problema no momento de registrar o estatuto da empresa, principalmente se existirem nomes semelhantes ao escolhido.

Essa pesquisa pode ser realizada junto ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e/ou na Junta Comercial do Distrito Federal. O nome desse procedimento também é denominado "busca prévia".

Importante: Não utilizar o nome da Instituição de Ensino Superior na razão social ou nome fantasia da empresa, pois a utilização da marca da IES pela Empresa Júnior pode implicar em processo civil e penalidades aos seus representantes legais.

O registro da Empresa Júnior deverá ser efetivado junto ao cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou no Cartório equivalente no município com a apresentação dos seguintes documentos:

- I) Requerimento assinado pelo representante legal da entidade, solicitando o registro, dele devendo constar o seu nome, cargo, identidade e endereço residencial;
- II) 3 (três) vias da ata de fundação da empresa e do Estatuto Social, devidamente assinados por Advogado, com nome por extenso e número de registro na Ordem dos Advogados do Brasil-OAB;
- III) Informações sobre os diretores, representantes e procuradoras: nacionalidade, estado civil, profissão, residência e domicílio, documento de identidade e Órgão expedidor e número de CPF;
- IV) Os diretores deverão apresentar originais ou cópia autenticada de um dos seguintes documentos: cédula de identidade, certificado de reservista, carteira de identidade profissional e carteira de estrangeiro.

Cadastro em Órgãos Governamentais

Depois de passar pelo registro da Ata de Fundação e Estatuto Social, o próximo passo será a inscrição da empresa nos seguintes Órgãos:

Secretaria da Receita Federal: A Secretaria da Receita Federal é o órgão responsável pelo Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ. O CNPJ é o cadastro administrado pela Receita Federal que registra as informações cadastrais das pessoas jurídicas e de algumas entidades não caracterizadas como tais.

A obtenção do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ pode ser feita através do endereço eletrônico: www.receita.fazenda.gov.br, ou pessoalmente em um dos postos de atendimento da receita federal.

Após o correto preenchimento das três partes do cadastro, deve-se enviar pelo correio ou entregar pessoalmente, no endereço informado na página da Receita Federal, os seguintes documentos devidamente autenticados:

- FCPJ – Ficha de Cadastro de Pessoa Jurídica;
- Xérox autenticado do estatuto; xérox da Ata de Eleição;
- Xérox do CPF e do RG dos diretores;
- Comprovante de residência dos diretores (conta de água, luz ou telefone);
- Comprovante de localização da empresa.

OBS: Na razão social da empresa não deve constar a denominação consultoria. Deve-se utilizar a denominação “empresa júnior”, a fim de obter isenção do ISS.

Alvará de Funcionamento

Documentação Necessária:

- Consulta prévia aprovada (consulta feita no órgão da prefeitura referente ao imóvel);
- Cópia do estatuto;
- Cópia do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas);
- Cópia do RG e CPF do presidente da EJ.

Estrutura da Empresa Júnior

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão de deliberação soberano e poderá ser ordinária ou extraordinária.

É a união dos membros efetivos para votação de assuntos pertinentes à Empresa Júnior. O Estatuto deve prever o *quorum necessário* para implantação e deliberação dos assuntos da ordem do dia.

A Assembleia Geral pode ser Ordinária (AGO) ou Extraordinária (AGE), sendo possível a realização simultânea. A diferença advém da pauta a ser tratada na assembleia.

Forma de Convocação e Ordem do Dia

O Estatuto deve conter a forma de convocação (e-mail, carta, anúncio, etc.) para a Assembleia.

O anúncio de convocação deverá enumerar, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo a existência de item “Assuntos Diversos”.

Livro de Presença de Membros

É recomendável a existência de livro de presença de membros nas Assembleias Gerais para registrar a quantidade de membros que compareçam nas mesmas, inclusive para verificação do cumprimento de deliberações que dependam de *quorum* mínimo.

ATAS

Deverão ser lavradas as atas das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e as mesmas deverão ser lidas e assinadas pelos membros presentes.

O conteúdo da ata será o seguinte: data, local e hora de sua realização; indicação da presença de membros, que deve ser em número suficiente para legitimar a instalação da assembleia, de acordo com o Estatuto; o modo de convocação; registro dos fatos ocorridos e das deliberações tomadas pela assembleia, de acordo com a ordem do dia, inclusive dissidências e protestos; fecho, no qual devem ser mencionados o encerramento dos trabalhos, a lavratura da ata e sua leitura e aprovação, seguindo-se as assinaturas do presidente e do secretário da mesa e dos membros presentes, observando-se que é suficiente a assinatura de quantos bastarem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas pela assembleias.

A ata da assembleia pode ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter a transcrição, apenas das deliberações tomadas.

É necessária a assinatura de um advogado na Ata da Assembleia de Constituição. Caso houver mudanças no estatuto, estas devem ser aprovadas em assembleia, sendo posteriormente validadas pela assinatura do advogado.

Registro das Atas

As atas das assembleias deverão ser registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas onde foram registrados a Ata de Fundação e o Estatuto Social.

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é investida dos poderes de administração e representação da Empresa Júnior, representando-a ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, de forma a assegurar a consecução de seus objetivos, observando e fazendo observar o Estatuto e as deliberações das Assembleias Gerais.

Sua constituição é definida em estatuto respeitando a necessidade e realidade da Empresa Júnior.

Poderá ser assim constituída:

- Diretor Presidente;
- Diretor Administrativo-Financeiro;
- Diretor de Marketing;
- Diretor de Projetos;
- Diretor de Qualidade;
- Diretor de Gestão de Pessoas.

É recomendável a reunião mensal (ordinária) dos membros da diretoria executiva para análise e discussões sobre o andamento dos trabalhos, sendo as deliberações e discussões lavradas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria Executiva. Não há necessidade registro dessas atas em cartório.

As reuniões extraordinárias podem ocorrer sempre que necessárias.

Os livros de atas descritos nos tópicos anteriormente podem ser substituídos por folhas soltas.

Aspectos legais da Constituição da Empresa Júnior

Localização da Empresa Júnior

A Empresa Júnior deverá ser instalada em local autorizado para as atividades a serem exercidas, de acordo com as normas do Departamento de Atividades Urbanas da prefeitura. Dessa forma, é essencial que a consulta junto à Prefeitura seja efetivada antes da locação do imóvel ou início das atividades em locais cedidas pelas faculdades, com as quais deverá ser firmado contrato de comodato para o espaço a ser concedido para execução dos trabalhos.

Para realização da pesquisa é necessária a apresentação da guia de pagamento de IPTU recente no departamento responsável, que confirmará ou não a possibilidade de andamento do processo para o local consultado. Esse procedimento é denominado busca prévia e deverá ser apresentada juntamente com os demais documentos exigidos pela prefeitura de cada cidade para efetivação do cadastro e obtenção do Alvará de Localização.

Nome Comercial e Registro Civil

A pesquisa inicial de um nome para a Empresa Júnior é muito importante, pois, caso contrário, esse detalhe pode representar um problema no momento de registrar o estatuto da empresa, principalmente se existirem nomes semelhantes ao escolhido.

Essa pesquisa pode ser realizada junto ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e/ou na Junta Comercial do Distrito Federal. O nome desse procedimento também é denominado “busca prévia”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHR, Rafael. *Anti-Consumerism – New Frontier or Dead End for Progressive Politics?* Public Policy Research. 2010. 123-129p.

CHO, Sooyoung; KRASSER, Andreas H. *What Make Us Care? The Impact of the Cultural Values, Individual Factors, and the Attention to Media Content on Motivation for Ethical Consumerism.* International Science Social Review. 2011, p. 2-23.

CONSUMISMO. In: Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. 2009. Web < <http://michaelis.uol.com.br>>. Acessado em 14 de nov de 2013.

EIA – International Energy Outlook. 2013. Disponível em: <<http://www.greentechmedia.com/articles/read/can-renewables-grow-fast-enough-to-make-a-difference>>. Acessado em 14 de nov de 2013.

FERREIRA, Bruno P. A História do Consumismo. 2013. Disponível em: <<http://migre.me/mgjwX>>. Acessado em: 14 de nov de 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO, Reuters. Poluição Está Entre Principais Causas De Câncer Diz Oms. São Paulo, 17 de out. 2013. Equilíbrio e Saúde. Disponível em: <<http://migre.me/mgjt9>> Acessado em 14 de nov de 2013.

GUEDES, Ronaldo. Administração da Produção. 2008. Disponível em: <<http://migre.me/mgjXO>> Acessado em 27 de nov de 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm> Acessado em: 27 de nov de 2013.

KOTLER, P. et al. *Principles of Marketing*. Toronto: Pearson, 2011, p.1-40.

NASA – National Aeronautics and Space Administration (Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço). *Global Climate Changes – Vital Signs of the Planet*. 2014. Disponível em: <<http://climate.nasa.gov/>>. Acessado em 14 de nov de 2013.

NUNES, Paulo. *Conceito de Estratégias Genéricas*. 2007. Disponível em: <<http://migre.me/mgkgF>> Acessado em 14 de nov de 2013.

ONU BR – Organização das Nações Unidas no Brasil. Disponível em <<http://migre.me/mgldv>> Acessado em 10 de set de 2014.

PADILHA, Valquíria; BONIFÁCIO, Renata C.A. *Obsolescência planejada: armadilha silenciosa na sociedade de consumo*. 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1489>> Acessado em 14 de nov de 2013.

PORTAL GESTÃO. Disponível em: <<http://migre.me/mgko01>> Acessado em: 14 de nov de 2013.

PORTAL DO MARKETING. Disponível em: <<http://migre.me/mgks6>> Acessado em: 14 de nov de 2013.

RATHJE, William. *Tucson Garbage Project*. 2005. Disponível em: <<http://traumwerk.stanford.edu/projects/GarbologyOnline/48>>. Acessado em 14 de nov de 2013.

RIEF, Silvia. *Outlines of a Critical Sociology of Consumption: Beyond Moralism and Celebration*. *Sociology Compass*. 2008. 560-576p.

SALESBRAIN – The World’s First Neuromarketing Agency. 2014. Disponível em:
<<http://www.salesbrain.com>> Acessado em: 24 de set de 2014.

SOLOMON, Michael. *O Comportamento do Consumidor: Comprando, Possuindo e Sendo*. Porto Alegre: Bookman, 2011. 680p.

TAVARES, Fred. Marketing: Conceitos, Tipos, Objetivos e Análise de Desempenho. 2007. Disponível em: <<http://migre.me/mgjH5>>. Acessado em 14 de nov de 2013.

ZERO HORA. Poluição do Ar Causou 223 mil Mortes Por Câncer de Pulmão. Zero Hora, Porto Alegre, 17 de out. 2014. Vida e Estilo. Disponível em:
<<http://migre.me/mgbKL>> Acessado em 14 de nov de 2013.